

*Thais França da Silva*¹

Resumo

O objetivo primeiro desse estudo é investigar a centralidade do trabalho no processo de inserção laboral das mulheres brasileiras em Portugal. Para tanto, sustenta-se em dois eixos principais de análise: as atuais transformações do mercado de trabalho e a feminização da migração. As recentes transformações geopolíticas mundiais resultaram, entre outros fenômenos, em um aumento da desigualdade econômica entre os países, na reestruturação dos modos de produção, na intensificação dos processos de precarização das relações laborais, tendo entre outros aspectos, consequências diretas na configuração dos fluxos migratórios. A partir da análise dessas transformações e dos seus impactos no mundo do trabalho, investiguei a relação que as imigrantes do Brasil estabelecem com o mercado laboral em Portugal. Metodologicamente, optei por uma abordagem primordialmente de cunho qualitativo, foram realizadas 21 entrevistas em profundidade com mulheres brasileiras residentes em Portugal, entre 25 e 35 anos, que trabalham ou trabalharam no país. Para analisar o material colhido, utilizei o método da Análise Crítica de Discurso (ACD), uma vez que o concebo como uma forma de acessar as estruturas simbólicas que moldam e balizam a vida cotidiana, dando maior prioridade à compreensão do processo de formação dos discursos que à interpretação dos mesmos.

Palavras-chave: Precarização laboral, gênero, imigração, mulheres brasileiras

Abstract

The main objective of this dissertation is to investigate work's centrality on Brazilian women's entrance in the Portuguese labor market. Two principal axes support the analysis: the current labor market transformation and the feminization of the immigration flow. The recent global geopolitical transformations resulted, inter alia, in the increase of economic inequality among countries, the restructuring of the modes of production, the intensification of the labor precarization process, to the decentralization of the production and to the opening of domestic economies to an international market, directly affecting the international flow of migration. Based on this transformation and its impact on labor, this study examines the immigration of Brazilian women and its relation to the Portuguese labor market. Regarding methodology, a qualitative approach was chosen, and 21 in-depth interviews were carried out with Brazilian women, from 25 to 35 years old, who work or used to work in Portugal. The Critical Discourse Analysis was used to analyze these interviews, as discourse analysis allows access to symbolical structures that forge and frame everyday life. The understanding of the process of discourse formation took priority over interpretation.

Keywords: Work, Precarization, Gender, Migration, Brazil women

INTRODUÇÃO: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA ATUAL CONFIGURAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

A pedra angular sobre a qual se erguem as discussões que este artigo pretende levantar é a noção de que o trabalho não perdeu sua centralidade e que continua a figurar como um dos principais eixos de organização da nossa sociedade.

Mais do que uma simples fonte de renda, o trabalho tem se apresentado como um dos principais pilares sobre o qual se ergue a coesão social. É um espaço fundamental para a construção identitária e de acesso à cidadania, de maneira que quando esse vem a faltar ou é constantemente depredado, cria-se um problema em todas as esferas da sociedade. As mudanças políticas, econômicas e sociais que vêm ocorrendo no mundo inteiro afetam diretamente as relações laborais, levando, portanto, não somente a uma crise econômica, mas também social (Antunes, 2000).

Como consequência da ascensão das políticas neoliberais, assiste-se a um processo desenfreado de desregulação da concorrência e da liberalização comercial, que resulta em um processo intenso de desestabilização e precarização do trabalho. Mais ainda, em virtude das crises mais recentes que assolaram a economia mundial, percebe-se uma intensificação de medidas políticas e econômicas que contribuem para a desestabilização do mundo do trabalho, dos direitos e da dignidade laboral. Aumento da insegurança no emprego, na renda e na representação; perda da proteção e dos direitos sociais; baixos níveis de salários e o aumento dos empregos ditos atípicos - contratos temporários, trabalhos a tempo parcial e atividades informais são alguns de seus efeitos (Alves, 2011).

Segundo Silva (2011, p. 131), uma das manifestações mais perversas da atual crise é a tendência de transformar o trabalho em “mercadoria” ou “fator de produção”, anulando sua “dimensão de inserção social e participação na vida coletiva”. Des-

sa maneira, encobre-se o fato de que o trabalho, acima de tudo, é um direito que foi conquistado nas ruas, graças à mobilização social. Os constantes ataques ao campo laboral – flexibilização dos horários, ajuste dos custos salariais, facilitação de despedimentos – sustentados pelos próprios Estados, ao acatarem as receitas do neoliberalismo, levam a um desmoronamento da condição social da classe trabalhadora (Estanque & Costa, 2012).

Contudo, apesar da gravidade da crise econômica e política dos dias atuais e do processo intenso de depredação do valor social do trabalho, é relevante sublinhar que nem todas as mudanças ocorridas nos últimos 40 anos foram inteiramente ruins. Faz-se necessário lembrar que foi exatamente nesse período de transformações do mundo do trabalho que uma parte significativa das mulheres conseguiu ter acesso ao mercado laboral formal externo ao lar². É fato que não se pode perder de vista as críticas em relação à maneira como se deu essa entrada, principalmente, no que diz respeito à reprodução e legitimação das dinâmicas de exclusão, opressão, segregação sexual. Pois, se numericamente os níveis de desigualdade entre homens e mulheres, nessa esfera, parecem ter sido reduzidos, qualitativamente não se pode dizer o mesmo; o trabalho feminino continua a ser menos reconhecido e menos valorizado do que o masculino. Tal afirmação pode ser constatada nas diferenças salariais, nos setores laborais em que homens e mulheres estão presentes, bem como na presença quase dominante de homens em postos de direção (Hirata, 2009; Nogueira, 2004).

Porém, apesar de tudo, não se pode minimizar a relevância que o crescimento da presença feminina no mercado laboral tem para a história das mulheres e, conseqüentemente, da humanidade, em especial quando se tem o entendimento de que o trabalho ultrapassa a esfera econômica, e compreende-se seu papel como via fundamental de acesso à cidadania. Além disso, não se pode deixar de admitir que a independência financeira é uma independência

simbólica fundamental para a construção da emancipação feminina (Casaca, 2010). Não reconhecer a importância da entrada das mulheres no mundo do trabalho, sobretudo por que, ainda que tenha sido um fenômeno atrelado à própria lógica do desenvolvimento capitalista, é resultado também das lutas feministas por igualdade, autonomia, emancipação das mulheres, seria continuar reproduzindo as práticas de invisibilização e desvalorização das experiências femininas.

É essencial perceber que a exploração do trabalho assalariado à qual as mulheres estão submetidas está indissociada da exploração do feminino pelo masculino e que agora, às dinâmicas de segregação sexual somam-se os processos de precarização das relações laborais em curso (Hirata, 2001). Embora homens e mulheres estejam expostos à precarização, a intensidade não é a mesma, a precarização do trabalho tem sexo³ (Nogueira, 2004). As mulheres são mais vulneráveis que os homens a esse processo, pois historicamente a experiência laboral feminina tem sido mais exposta a práticas de exclusão e segregação laboral e menos protegida pela legislação e pelas organizações sindicais do que a masculina. Ao mesmo tempo, as mulheres estão, invariavelmente, submetidas a dispositivos de dominação e opressão resultantes da lógica patriarcal e sexista da nossa sociedade (Casaca, 2010; Hirata, 2009).

Ainda em relação à feminização do mundo laboral, cabe considerar os processos de polarização do mercado de trabalho; uma vez que nem todas as mulheres são atingidas da mesma maneira pela precarização. As diferenças de classes sociais e raça têm um peso marcante nessa situação, criando aquilo que Hirata (2001, 2009) identifica como um mercado de trabalho feminino polarizado: mulheres brancas, vindas de classes altas, com níveis de qualificação elevados conseguem estabelecer-se em postos qualificados e estáveis – embora, continuem a sofrer efeitos das dinâmicas de desigualdade inerentes à estrutura do mercado laboral: segregação sexual, hiato

salarial, teto de vidro – deixando para trás uma série de atividades domésticas e de cuidados a serem realizadas, uma vez que a feminização do trabalho não foi acompanhada de um processo de divisão sexual igualitário das tarefas da esfera privada (Nogueira, 2004). No lado oposto, estão mulheres pobres, de cor, imigrantes, com baixos níveis de qualificação que não têm outra opção laboral, a não ser, trabalhos desqualificados, em condições insalubres, com baixos salários e pouco prestígio social. A elas caberá, por exemplo, preencher aquelas lacunas dos trabalhos domésticos deixados pelas mulheres de classe média.

A abertura desse nicho de trabalho das tarefas domésticas e de cuidados, juntamente com o desenvolvimento do setor de serviços, atividades que compartilham características de serem postos mal remunerados, instáveis e com baixo nível de reconhecimento social, contribuem de maneira decisiva para o processo de feminização da migração, principalmente no sentido Sul-Norte Global, dando uma nova roupagem para os fluxos migratórios e para a organização do mercado laboral (Kofman, 1999, 2004; Sassen, 2002). É certo que esse não é um fenômeno totalmente inédito – recrutar imigrantes de países menos desenvolvidos para realizar tarefas que a mão de obra nacional rejeita. A Alemanha pós-guerra utilizou-se bastante dessa prática, através políticas de atração de trabalhadores/as da Turquia que ficaram conhecidos como “Gastarbeiter” (Antunes, 2000) –, contudo, o que muda agora é a forte presença do número de mulheres e as consequências que esses “novos” fluxos migratórios⁴ trazem.

As mulheres imigrantes trabalhadoras, para além dos mecanismos de segregação sexual que citei, estão submetidas a outros marcadores de desigualdade, como, raça, nacionalidade, classe, religião, para enumerar alguns mais. Sabe-se também que muitas dessas imigrantes não conseguem a regularização dos documentos logo que chegam no país de destino, tornando-se um grupo bastante vulnerável, pois muitos dos empregadores/as aproveitam-

-se dessa situação para não cumprirem as leis em relação ao pagamento, horário de trabalho, férias, licenças e outros direitos. A essas imigrantes restará uma experiência laboral precária e marginal, permeada por mecanismos de exclusão e segregação sexual e étnico-racial. Portanto, ao resgatar o que pontuei anteriormente sobre o papel do trabalho como um dos principais vetores de acesso à cidadania, e compreendendo que a experiência laboral das imigrantes tende a ser precária e instável, infere-se que o processo de inserção social dessa população estará comprometido, contribuindo para a sua vulnerabilização. Posto isso, percebe-se também que as análises acerca da situação laboral de mulheres imigrantes inserem-se em uma complexa teia na qual diversos níveis de segregação e de relação de poder devem ser levados em consideração.

MERCADO DE TRABALHO PORTUGUÊS: UM PANORAMA HISTÓRICO-CRÍTICO.

Atualmente, em Portugal, a dinâmica do mundo laboral segue o padrão internacional: aumento crescente dos postos de trabalhos com contratos a tempo determinado, empregos a tempo parcial, enfraquecimento dos vínculos e direitos laborais e precarização das condições de trabalho. O país enfrenta aquilo que tem sido considerado o maior contexto de crise econômico-financeiro desde o 25 de abril. Os índices relativos ao desemprego e à economia informal ratificam o quadro de desmantelamento do mercado laboral nacional, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) de Portugal, no segundo trimestre de 2013 a taxa de desemprego alcançava 16,4% (Boletim Estatístico, Setembro 2013).

Essa precariedade do mundo de trabalho acaba por engendrar um sentimento, igualmente, de precariedade social por parte dos/as trabalhadores/as. A instabilidade dos contratos e vínculos laborais e o crescimento das taxas de desemprego contribuem para aumentar a resignação e impotência da classe trabalhadora (Estanque, 2005a).

De forma sucinta, os aspectos mais relevantes em relação ao mercado de trabalho português concernem, principalmente, ao pós-74, passando pela entrada na União Europeia, o processo de industrialização tardio, o desenvolvimento intenso do setor de serviços, crescimento da mão de obra imigrante e dos índices de feminização, o processo de precarização e desregulamentação que está ocorrendo intensamente nos últimos anos e, mais recentemente, os efeitos da crise de 2008, que têm se alastrado até os dias atuais (Casaca, 2005; Estanque, 2010; V. Ferreira, 1998; Peixoto, 2008).

A transição do mercado de trabalho português de um modelo agroindustrial para uma sociedade fundada nos serviços foi bastante problemática em virtude da fragilidade histórica do Estado Social, das contradições e desigualdades sociais existentes a priori que acabaram por se intensificar em meio a tal fenômeno. Se é verdade que a industrialização de Portugal, em meados da década de 70, levou a um aumento do número de empregos, é verdade também que isso se deu, sobretudo em postos precários e que requeriam poucas qualificações (Estanque, 2005b).

Nos últimos trinta anos, o desenvolvimento do setor de serviços e a intensificação das práticas de terceirização mostraram-se como nicho de inserção feminina, assim como para trabalhadores e trabalhadoras imigrantes (M. I. Baganha & Malheiros, 1998; V. Ferreira, 2004; Peixoto, 2008). Todavia, é fundamental sublinhar que a proximidade numérica entre trabalhadoras e trabalhadores no mercado laboral português não se espelha em termos qualitativos, visto que as diferenças salariais, os níveis de segregação sexual, práticas de assédio e descumprimentos de direitos ligados à maternidade são ainda bastante comuns no país (Casaca, 2010; V. Ferreira, 2010). Tampouco, os prêmios e o reconhecimento internacional de boas práticas que Portugal tem recebido por suas políticas migratórias (Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, Ultrapassar Barreiras: Mobilidade e Desenvolvimento

Humanos- ONU, 2009, Relatório “O Futuro das Migrações: Reforço de Capacidade para a Mudança Organização Internacional para as Migrações – OIM, 2010, MIPEX III-2011) correspondem à realidade da maioria da população imigrante que está constantemente exposta a situações de discriminação, racismo e segregação em todas as esferas sociais – dificuldades para alugar casas e apartamentos, para o acesso a saúde, difusão de estereótipos (França, 2012a).

Ainda sobre o mercado de trabalho em Portugal, outra característica é a polarização e os mecanismos de segregação étnico-racial que operam na inserção da mão de obra estrangeira. Imigrantes dos países africanos, da Europa do Leste e da segunda vaga da imigração brasileira⁵ encontram-se, principalmente, nos postos menos qualificados e menos reconhecidos socialmente, enquanto imigrantes da Europa e dos Estados Unidos e a primeira vaga da imigração brasileira ocupam fundamentalmente postos de dirigentes, cargos de gestão e profissões científicas e liberais (Peixoto, Sabino, & Abreu, 2009). Percebe-se que o lugar ocupado pelos países na geografia mundial se reflete também na forma como eles se distribuem no mercado de trabalho no país. Bem como reproduzem a relação entre raça, classe social e as feridas coloniais nas diversas estruturas da sociedade portuguesa (Estanque, 2005b).

Como descrito antes, o aumento do número de empregos no mercado de trabalho português durante os anos 80 e 90, devido à industrialização tardia e ao desenvolvimento do setor de serviços e das obras de infraestrutura, gerou postos de trabalho que exigiam pouca qualificação e que foram assumidos principalmente por mulheres e imigrantes, visto que em geral eram mal remunerados e com pouco prestígio social (Casaca, 2010; Peixoto, 2008). Além disso, a ausência de aparelhos estatais para cuidado de crianças e pessoas idosas e a falta de tradição na partilha das tarefas domésticas entre portugueses e portuguesas criou condições para o desenvolvimento de um nicho de trabalho no setor doméstico e

de cuidados no qual as mulheres imigrantes inseriram-se com relativa facilidade (M. I. Baganha, 2002; Catarino & Oso, 2000).

CONTEXTUALIZANDO A IMIGRAÇÃO BRASILEIRA PARA PORTUGAL.

Ainda que bastante inferior aos períodos anteriores, a imigração portuguesa para o Brasil no século XX não pode ser desconsiderada. Se até a década de 60 o Brasil era o principal destino dos/as emigrantes de Portugal (M. Baganha, 2003) e nos anos subsequentes esse número caiu, ao longo da metade da primeira década do ano 2000 até os dias atuais, com o início da crise econômica portuguesa e o aumento da estabilidade financeira no Brasil, esse número voltou a subir. Por sua vez, o deslocamento de imigrantes brasileiros e brasileiras para Portugal teve seu início mais marcante a partir dos anos 70 e intensificou-se de forma massiva em meados dos anos 90, vindo a ter seus primeiros sinais de decréscimo no final da primeira década do ano 2000, como consequência da crise que assolou a economia portuguesa e do crescimento do Brasil (Casa do Brasil, 2007; Góis, Marques, Padilla, & Peixoto, 2009; Malheiros, 2007).

Ainda que Portugal não figure como o destino principal da imigração brasileira e esse fluxo seja um fenômeno relativamente “recente”, quando comparado com outros – Estados Unidos, Paraguai e Japão, por exemplo -, ele vem tornando-se cada vez mais relevante e, ao longo dos últimos quarenta anos, o crescimento foi visível, rápido e intenso. É principalmente a partir do ano 2005 que esse fluxo alcança seus maiores níveis de desenvolvimento, mostrando-se como uma tendência até o ano de 2010, quando começa a apresentar os primeiros sinais de decréscimo.

Segundo os últimos dados oficiais do governo Português⁶ (SEF, 2013), em 2012 os 105.662 indivíduos de origem brasileira representavam 25,3% da população total de imigrantes regularizados em Portugal,

mais do que o dobro da comunidade ucraniana, segunda colocada, que corresponde a 10,6%⁷. Tais números comprovam que o peso da imigração brasileira para Portugal não pode ser desconsiderado. Contudo, é importante demarcar aqui que, embora a população brasileira ainda desponte como a mais numerosa entre a comunidade estrangeira, registra-se uma diminuição significativa desse número ao longo dos últimos anos, só entre os anos de 2011 e 2012 houve um decréscimo de -5,22%.

Dentre os motivos que os/as imigrantes do Brasil alegam para a escolha de Portugal, pode-se destacar: a relação histórica entre os dois países; a (falsa) expectativa de semelhança cultural; a proximidade linguística; a ausência da obrigatoriedade de visto para entrada no país; o endurecimento das políticas migratórias para os Estados Unidos; o papel das redes sociais consolidadas ao longo dos anos na divulgação de informações sobre o país; a melhoria da imagem internacional portuguesa nas últimas décadas; o crescimento econômico do país desde a entrada na União Europeia; o aumento das redes ilegais de tráfico; as mudanças no mercado de trabalho português e o fato de Portugal funcionar como porta de entrada para a Europa (Góis et al., 2009; Malheiros, 2007).

Em virtude das diferenças, principalmente entre níveis de qualificação, número, padrão de inserção laboral e sexo dos indivíduos que imigraram, convencionou-se dividir a imigração brasileira para Portugal em duas grandes vagas; contudo, ambas assemelham-se pelo seu caráter primordialmente de imigração laboral. A forte presença de brasileiros e brasileiras em Lisboa e no Porto, sobretudo na segunda vaga, é um indicador indireto do peso do fator trabalho como atrativos para esse fluxo migratório, uma vez que é nessas regiões onde há mais ofertas de emprego (Malheiros, 2007).

Convencionou-se definir que a primeira vaga inicia-se em meados dos anos 70 e estende-se até finais dos anos 90. Sinteticamente, pode-se caracterizá-la como uma imigração pontual, em números redu-

zidos⁸, formada, principalmente, por trabalhadores homens, altamente qualificados, que se inseriram nos seguimentos mais altos no mercado de trabalho como profissionais liberais – advogados, publicitários, engenheiros, dentistas e informáticos. A restauração da democracia portuguesa em 75, a necessidade de modernização rápida, a escassez de mão de obra qualificada, o início do desenvolvimento do setor de serviços e a posterior entrada de Portugal na União Europeia, somados à instabilidade política do Brasil e às crises econômicas vividas pelo país, principalmente nos anos 80, foram alguns dos impulsionadores para esses deslocamentos.

Já a segunda vaga, identificada no final dos anos 90, apresenta um perfil um tanto diferente. Sobretudo homens continuaram a migrar, porém com um nível de qualificação inferior àqueles da primeira e, durante esse período, o número de mulheres tornou-se cada vez mais intenso e visível. Ao longo dos anos, a imigração de brasileiras continuou crescendo a ponto de, atualmente, superar a de brasileiros; enquanto a população feminina representa 58,23%, a masculina corresponde a 41,78% (SEF, 2013). A essa altura, Portugal já pertencia à União Europeia, recebeu grandes investimentos para obras de infraestrutura, a população portuguesa atingiu maiores níveis de qualificação, o setor de serviços encontrava-se plenamente desenvolvido de maneira que havia muitas ofertas de emprego, em especial, em postos que exigiam poucas qualificações – prestação de serviços, setor de cuidados e construção civil. Soma-se a isso o fato de que nesse momento as redes sociais – aspecto importantíssimo nos processos migratórios – formadas por imigrantes da primeira vaga encontravam-se já estabelecidas e funcionavam como um atrativo para futuros imigrantes (Padilla, 2005). Esses dois fatores – precarização do mercado laboral português e fortalecimento das redes sociais – em conjunto funcionam como um elemento novo na intensificação da imigração brasileira para Portugal a partir de finais dos anos 90 (Góis et al., 2009; Padilla, 2005, 2007a).

É nessa conjuntura que a feminização da imigração brasileira para Portugal, aparece de forma mais marcada e a partir de 2003 o número de mulheres torna-se maior que o número de homens, tendência até os dias atuais, como é possível ver no gráfico 1.

(VER NO FINAL)

Contudo, não se trata de um fenômeno exclusivo dos fluxos migratórios entre os dois países em questão. Já desde os anos 80, feministas estudiosas das migrações vêm chamando a atenção para esse processo, principalmente no sentido do Sul para o Norte Global (Hondagneu-Sotelo, 2007; Kofman, 1999; Morokvasic, 1984; Sassen, 2002).

A intensificação da imigração de brasileiras para Portugal insere-se nesse fenômeno e está diretamente associada às mudanças no mercado de trabalho português, em especial àquelas ligadas ao processo de feminização do mundo laboral e ao desenvolvimento do setor de serviços. O aumento da qualificação das portuguesas contribuiu de duas maneiras para o crescimento da imigração feminina do Brasil, o acesso delas ao mercado laboral externo à família resultou em um nicho de tarefas domésticas e de cuidados a ser ocupado, e ao mesmo tempo fez com que as ofertas de trabalho, sobretudo, em postos que requerem pouca qualificação – com baixo prestígio social e remuneração inadequada – se mostrassem não atrativas para elas. Ambas as situações mostram-se como convenientes para a inserção laboral das imigrantes, incluindo as brasileiras (Padilla, 2007a).

Porém, a forte presença de mulheres brasileiras no setor de atendimento, principalmente, em atividades relacionadas a vendas, restauração, entretenimento e turismo chama bastante atenção, trazendo, assim, outros elementos para a análise. Segundo Machado (2007) e Fernandes (2008), esse tipo de inserção se dá porque a “simpatia e alegria” brasileira é uma moeda de negociação no mercado de

trabalho português. Há uma crença entre os/as empregadores/as de que brasileiros e brasileiras são mais cordiais no trato com clientes e, portanto, ideais para essas atividades. Dentro dessa lógica, a brasileira é tida como uma mulher dotada de uma corporeidade específica, alegre, festiva, simpática, cordial, exuberante, comunicativa e, portanto, ideal para assumir postos em que sedução, cuidado e atenção são necessários – como é o caso das atividades de vendas, atendimento e trato de crianças e de pessoas idosas (França, 2012b; Machado, 2007).

É comum, na sociedade portuguesa, a associação das mulheres brasileiras com a prostituição, o mercado do sexo e o tráfico de pessoas com fins de exploração sexual (Padilla, 2007a; B. Santos & et. al, 2010); e é também com uma dada frequência que os discursos midiáticos e institucionais reproduzem essa associação (Pontes, 2004; C. A. Santos, 2007). Logo, torna-se impossível falar de imigrantes brasileiras em Portugal sem remeter-se aos estereótipos da mulher brasileira como a mulata sensual e exótica, pois esses são elementos que alimentam de forma direta o imaginário português sobre elas (Padilla, 2007a). Esse imaginário, para além de ser uma forma de violência simbólica que contribui para a essencialização, exotização, sexualização da mulher brasileira e que reforça o estigma de objeto sexual, constitui-se como um marcador de toda a experiência dessas imigrantes em Portugal, atravessando, igualmente, suas trajetórias laborais (França, 2012a).

OBJETIVOS E METODOLOGIA

A partir do exposto acima, este artigo almeja discutir a centralidade do trabalho nas dinâmicas migratórias das mulheres brasileiras em Portugal, refletindo como se dá o processo de inserção laboral. Atravessa, igualmente, os objetivos desta pesquisa analisar de que maneira os mecanismos de segregação sexual e étnico-racial operam nesse fenômeno.

Para tanto, recorreu-se a um método exclusivamente qualitativo, sustentado na análise de 21 entrevistas em profundidade realizadas com imigrantes brasileiras a partir de 18 anos, que viviam em diferentes regiões de Portugal e tinham (ou tiveram) alguma experiência laboral. Embora não tenha havido nenhuma ressalva em relação ao nível de qualificação, todas as entrevistadas tinham terminado pelo menos o ensino médio, com algumas tendo concluído até curso de pós-graduação. Optei por fazer um recorte do setor de trabalho analisado, restringindo-o às atividades relacionadas com o setor de serviço. Tal escolha assentou-se na observação de campo realizada por mim durante os anos de 2008-2010 em Portugal (França, 2012a) e em resultados de estudos anteriores (Góis et al., 2009; Padilla, 2007a; Peixoto et al., 2005) que apontam este como o principal nicho laboral no qual as imigrantes brasileiras se inserem.

O recrutamento da população deu-se através da técnica da “bola de neve”, ou técnica de indicação sucessiva de entrevistas (Biernacki & Waldorf, 1981). Esta se trata de uma técnica de recrutamento de sujeitos de uma população específica a partir da rede social do/a próprio/a participante. A fim de evitar enviesamento da população, visto que as indicações poderiam centrar-se sempre no mesmo padrão migratório, evitei entrevistar pessoas de uma mesma família, que tivessem migrado juntas ou que compartilhassem de redes sociais muito próximas – ambiente de trabalho, casa, atividades de lazer.

As entrevistas foram gravadas e transcritas para uma adequada análise do discurso dos sujeitos posteriormente. Para trabalhar com o material colhido, utilizei-me do método da análise do discurso, uma vez que compreendo os discursos como práticas sociais que formam sistematicamente os objetos de que falam. As práticas são o que fazem as pessoas: seus comportamentos, escolhas, crenças e histórias. Por isso, as práticas não se opõem nem se separam dos discursos: estes constituem, desde o início, práticas específicas. Esse método é

uma forma de acessar as estruturas simbólicas que moldam e balizam a vida cotidiana, dando mais prioridade à compreensão do processo de formação dos discursos que à interpretação dos mesmos (Resende & Ramalho, 2006).

Ciente de que sob a denominação de análise do discurso repousam concepções e teorias bastante diversificadas, destaco a abordagem desenvolvida por Fairclough (2001) e van Dijk (van Dijk, 2010), que entende o discurso como uma construção social da realidade. A linguagem é concebida aqui como prática social determinada pelas estruturas. De acordo com essa perspectiva, simultaneamente, o discurso afeta as estruturas sociais e é afetado por elas.

ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Faz-se relevante situar temporalmente o depoimento das entrevistadas. São mulheres brasileiras que foram para Portugal há cerca de 5-8 anos, ou seja, antes da crise instalar-se no país e em um momento em que a economia brasileira ainda não apresentava índices tão altos de crescimento. Naquela época, as condições de trabalho no Brasil eram mais precárias do que as portuguesas (baixos salários, longas jornadas de trabalho, constantes violações dos direitos laborais) o desmantelamento das relações laborais ainda não tinha se instalado em Portugal, como nos anos recentes. É importante pontuar também que as entrevistas foram realizadas ao longo dos anos de 2009-2011, antes que a crise política e econômica se instalasse tão severamente no país. De forma que, provavelmente, entrevistas conduzidas no momento atual produziriam outros discursos, posto que os discursos estão diretamente ligados ao momento histórico e social em que são construídos e enunciados.

As entrevistas realizadas para esse estudo iniciavam com um resgate pessoal da trajetória migratória, buscando identificar os motivadores da decisão de deixar o Brasil.

Thais: E tu veio por quê?

Joana : Eu vim por causa do trabalho. Eu tinha dois filhos no Brasil, estava assim com muitas dívidas, desempregada... E aqui teve assim, uma proposta de trabalho, então eu vim... Era pra trabalhar em casa de família [...].

Joana é de Recife, tem 41 anos, é divorciada, possui dois filhos morando com ela em Portugal e terminou o ensino médio completo. Antes de imigrar estava desempregada, porém, anteriormente, trabalhava como secretária de um escritório. Na época da entrevista, trabalhava como recepcionista, possuía um contrato de trabalho e estava regularizada. Seu depoimento ilustra o papel do trabalho como um dos principais motivadores para a decisão de imigrar. A situação de desemprego e a precariedade financeira em que ela se encontrava no Brasil é referenciada como um aspecto fundamental para a opção por deixar o país. Não se identifica nenhuma menção à facilidade linguística ou ao fato de conhecer alguém em Portugal como um impulsionador do trajeto migratório, é o trabalho que aparece como o elemento central dessa decisão, ou seja, é o entendimento de que haveria uma possibilidade de inserção laboral de qualidade superior àquela no Brasil sustenta seu projeto migratório.

Thais: A primeira cidade que você morou foi Coimbra?

Nancy: Não, foi na Lousã, porque eu encontrei um trabalho lá... E com dois dias eu consegui trabalho, aí eu me mudei pra lá. O aluguel era mais barato, aí eu me mudei.

Nancy é do Mato Grosso do Sul, tem 26 anos, é solteira e não possui filhos/as. Terminou o curso superior de Administração e faz mestrado na área na Universidade de Coimbra. Imigrou em 2008 para realizar o mestrado. No Brasil, trabalhava como supervisora de vendas em uma empresa, e atualmente é cuidadora de uma pessoa

idosa. Possui autorização de residência regularizada e um contrato de trabalho temporário. Se desde a saída até os primeiros dias em Portugal, a busca por trabalho mostra-se como o principal objetivo e preocupação, é a partir da relação que elas estabelecem com o trabalho – horário, local, salário – que irão estruturar moradia, lazer, padrões de consumo, estudos. Em geral, a primeira cidade onde elas moraram é determinada por alguma rede social, por terem família ou amigos/as. Contudo, passado o período inicial de adaptação, é o trabalho que, como um fio condutor, passa a guiar seus deslocamentos dentro do país.

Thais: Você ficou sem trabalhar?

Lily Braun: Eu cheguei aqui, comecei a trabalhar num café, no verão. Até arrumei um part-time à noite numa lojinha dos chineses, esse foi meu primeiro ano, cheguei em fevereiro. Aí no primeiro inverno, eu fiquei cuidando de uma criança, ganhando 150 euros... Aí virou o ano, eu comecei a trabalhar numa lojinha do chinês e numa outra loja lá embaixo,

As trajetórias laborais das entrevistadas consistem basicamente na alternância entre empregos precários, situações de desempregos e empregos precários novamente. Assim como o depoimento apresentado acima. Lily Braun é de Porto Alegre, tem 34 anos, solteira e não possui filhos/as, tem um curso de comércio exterior completo. No Brasil, era agente de exportação e, ao longo do primeiro ano de trabalho em Portugal, ela refere ter tido experiências apenas em trabalhos precários, chegando a um dado momento a ganhar apenas 150 euros. Atualmente, trabalha como garçonete, possui um contrato temporário e autorização de residência regularizada. No caso dela, é possível ver, claramente, um processo de desqualificação profissional, tanto porque as atividades que desempenha não correspondem a seu nível de formação, como devido ao padrão repetitivo de inserção em ocupações precárias, dando início

a um ciclo no qual se torna cada vez mais difícil uma melhoria na inserção laboral.

A seguir tem-se um exemplo do discurso hegemônico que afirma que a inserção laboral precária das trabalhadoras imigrantes é consequência, principalmente, do estatuto de regularidade dos documentos.

Thais: E quais as principais dificuldades para encontrar emprego?

Luisa: Não ter residência ⁹ e não saber inglês.

Thais: e isso é importante aqui?

Luisa: É sim...

Thais: E depois da residência, você acha que vai ser mais fácil?

Luisa: Acho sim... Que se a pessoa procurar ela acha. Tem exemplos de gente assim que no começo sem residência não consegue nada... Mas se procurar achar. Tem gente que não tem documento, mas que acha... Imagine com residência.

Luisa é do interior de Minas Gerais, tem 28 anos, é solteira e não possui filhos. Concluiu o ensino secundário. Antes de imigrar, trabalhava como empregada doméstica e hoje em dia, trabalha na limpeza de um hotel, não possui contrato de trabalho. Encontra-se em situação irregular junto ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). Para ela, sua dificuldade em encontrar trabalho justifica-se por conta da situação de irregularidade em que se encontram seus documentos. Segundo Luisa, quando possuir a autorização de residência, será possível reverter esse quadro. Ou seja, há uma aceitação e reprodução acrítica do discurso dominante que culpabiliza as próprias trabalhadoras por sua situação de precariedade, sem um questionamento de que o simples fato de ser imigrante, independentemente de possuir situação regularizada ou não, é um aspecto que pesa contra a busca por trabalho.

O que a fala de Luisa reproduz é o discurso falacioso de que as más condições de trabalho oferecidas às imigrantes

são responsabilidade delas, que não se adequam às exigências do mercado. Nesse caso específico, estar com a documentação regularizada. Camufla-se, assim, que a falta de oportunidade de trabalho é resultado das transformações do mercado laboral, processos de precarização e dos mecanismos de segregação étnico-raciais e sexuais.

Thais: E aí, tu parou de fazer os salgados para ir trabalhar de limpeza nessa casa?

Cecília: [...] depois quando mudou de gerência, eles ficaram devendo um, dois, três meses.... Chegou vezes em que eles estavam a dever 600 euros de salgado e combinavam de depositar o dinheiro no dia e não depositava, e combinavam de dar um dia tanto e quando chegavam lá davam só 200 euros.

Cecília é de São Paulo, tem 29 anos, é casada com um brasileiro e tem um filho que mora com o casal, possui curso superior incompleto. Atualmente, trabalha como garçom e, no Brasil, era caixa de supermercado. Está com a documentação regularizada. Suas declarações são bastante ilustrativas sobre como a autorização de residência não garante uma inserção laboral imediata e adequada, tal como acredita Luisa. Cecília reporta situações de exploração e opressão a que é submetida, mesmo quando já se encontrava regularizadas. Jornadas exaustivas, não pagamento dos salários, condições insalubres de trabalho são alguns desses casos.

Thais: E nesses sete meses você em que você trabalhou como interna, chegou a conhecer alguma coisa de Lisboa, nesses primeiros sete meses? Fez amigos, como era?

Angélica: É... Consegui... Fazer amigos poucos, porque eu quase não saía muito, não tinha tempo... Então é... Eu só saía assim, no fim de semana, daí eu ia conhecendo os lugares. Mas só Lisboa também, porque não dava para ir para outros lugares.

Angélica é de Londrina, tem 40 anos, é solteira e não possui filhos. Terminou o ensino secundário e possui curso técnico de auxiliar de enfermagem. Atualmente, trabalha como faxineira e, no Brasil, era auxiliar de enfermagem. Está com a documentação regularizada e possui contrato de trabalho temporário. No seu caso, os horários extensos e contínuos de trabalho funcionavam como um impedimento de seu processo de socialização; ao trabalhar como interna¹⁰ em uma casa, ela não tinha tempo livre para fazer amigos, conhecer a cidade, fazer cursos, buscar melhores oportunidades de trabalho ou mesmo dedicar-se a si. Nesse caso, o trabalho assumia uma função marginalizante. Angélica era excluída do convívio social não por uma questão de irregularidade do estatuto de imigrante ou econômica, mas porque todo seu tempo era, praticamente, consumido pela atividade laboral. Sua vida estava estruturada unicamente em torno do trabalho, era o trabalho que ditava seus horários, inclusive os de socialização.

Situações de humilhação e inferiorização também são inúmeras, podendo ser demonstradas nos seguintes fragmentos:

Thais: Você já se sentiu discriminada em alguma situação no trabalho? Ou em algum outro lugar?

Teresinha: Ah, piada sempre tem... Ah, mas não é nada não... É assim, eu não levo a mal, eu deixo falar... Essas coisa de todas as brasileira é puta, essas coisas assim... No ambiente de trabalho, os colegas de trabalho... Só que eu não levo a sério, eu deixo falar. Se quiser falar, fala... Como existe brasileira puta, as portuguesas também são putas. Como em toda raça.

As piadas constantes em tons ofensivos aparecem também nos discurso das entrevistadas, embora nenhuma tenha relatado situações de violência física. Enquanto para umas trata-se apenas de brincadeiras que devem ser ignoradas, para outras é um insulto que causa incômodo e

constrangimento. Ao considerar as colocações e piadas feitas no ambiente de trabalho como “brincadeiras”, não as identificando como discriminação, as entrevistadas dão uma roupagem mais leve ao discurso ofensivo e preconceituoso. Subtraem o caráter discriminatório que ele traz, aliviando o peso das humilhações e provocações a que são submetidas. A situação de subordinação e dependência em que se encontram em relação ao emprego, seja na esperança da regularização, seja por conta do sustento econômico, acaba por contribuir para um comportamento dócil e não combativo das trabalhadoras. Elas subvertem o sentido desses discursos não como uma estratégia para enfrentá-lo, mas para que seja possível suportá-lo. Assim, transgride-se mais uma vez o papel do trabalho de via para acesso à inclusão social e à cidadania e desloca-o para uma experiência de humilhações e opressões.

Esses depoimentos trazem também uma primeira amostra do que apresentei anteriormente sobre o estereótipo e estigma da mulher brasileira ligada à prostituição. Em ambos os casos, esse é o argumento utilizado para desqualificar as entrevistadas. Soma-se a essa situação os gritos, os olhares e atitudes que fazem com que a experiência laboral dessas imigrantes seja marcada por desconforto e mal-estar.

Thais: E te incomodava quando os clientes olham?

Lola: Às vezes incomodava porque, porque eles não sabem disfarçar, e tem vezes que ficam olhando pra gente, com um olhar assim... Principalmente os homens, com olhar de desejo. Dá uma agonia, dá uma... Eu fico com vergonha.

Lola é de Brasília, tem 21 anos, é solteira e não possui filhos. Atualmente, trabalha em um café como auxiliar de cozinha, sempre esteve empregada no mesmo local, antes como ajudante de limpeza, depois como garçone, possui contrato temporário. Antes de imigrar nunca tinha trabalhado no Brasil porque era menor de

idade, através da mãe (brasileira, residente há muitos anos em Portugal) adquiriu a cidadania portuguesa. Ela relata alguns exemplos de situações em que identifica claramente ser oprimida e inferiorizada. A relação de poder desigual e desequilibrada estabelecida entre brasileiras imigrantes trabalhadoras e empregadores/as e clientes as colocam em situação de grupo subordinado, ao mesmo tempo em que legitima as humilhações. Não são situações relacionadas à carga horária de trabalho, ao pagamento ou ao próprio conteúdo do trabalho, mas sim à percepção subjetiva das entrevistadas em relação ao tratamento que recebem. Ainda que nada seja dito, que não sejam palavras duras e ofensivas, elas reconhecem no olhar ou no posicionamento direcionado a elas práticas de exclusão e inferiorização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalho, precarização laboral, segregação social e marginalização são palavras-chave para compreender a imigração de mulheres brasileiras para Portugal. O trabalho, ainda que não seja o único elemento, aparece como uma categoria fundamental a ser considerada nesse processo. Ao mesmo tempo em que o trabalho funciona como um dos motivadores centrais para a decisão de deixar o Brasil e como principal ponto de estruturação da vida particular e social dessas mulheres, as condições de precariedade laboral em que elas se encontram contribuem, senão de forma exclusiva, pelo menos de forma intensa para uma inserção social igualmente precária, marcada pela segregação, exploração e estigmatização. Soma-se a isso o imaginário colonial português em relação às mulheres brasileiras, que reforça o lugar de inferioridade e exclusão reservado a essas imigrantes no país.

O fato de que o trabalho venha sendo, constantemente, solapado em seus direitos não retira em momento algum sua importância na organização da sociedade e das vidas privadas e individuais. A orienta-

ção laboral da imigração feminina brasileira para Portugal, em suas diferentes vagas, ilustra essa importância. Foi a aposta em uma melhor inserção laboral, a crença de que é o trabalho que possibilita mudanças de vidas e ascensão social, que moveu uma parte considerável das imigrantes brasileiras que hoje vive em Portugal. Daí a ideia de que o trabalho continua a ser central para a organização da sociedade e uma das principais vias de acesso à cidadania. Logo, quando esse vem a faltar ou apresenta-se de forma precária, a cidadania também se torna precária.

BIBLIOGRAFIA

- Alves, G. (2011). *Trabalho e subjetividade – o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo.
- Antunes, R. (2000). *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. Cortez.
- Baganha, M. I. (2002). A cada Sul seu Norte: dinâmicas migratórias em Portugal. In B. Santos (Ed.), *A globalização e as ciências sociais* (pp. 133–158). São Paulo: Cortez.
- Baganha, M. I. (2005). Política de imigração: A regulação dos fluxos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 73.
- Baganha, M. I., & Malheiros, J. (1998). Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52–53, 229–280.
- Biernacki, P., & Waldorf, D. (1981). Snowball Sampling: Problems and Techniques of Chain Referral Sampling. *Sociological Methods & Research*, 10, 141–163.
- Brah, A. (2006). Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, 26, 329–376.
- Casa do Brasil. (2007). *A “Segunda Vaga” de Imigração Brasileira para Portugal (1998-2003)*. Lisboa: Casa do Brasil.

- Casaca, S. (2005). Flexibilidade, emprego e relações de género - A situação de Portugal no contexto da União europeia. In I. Kóvacks (Ed.), *Flexibilidade de Emprego, Riscos e Oportunidades*. (pp. 55-84). Oeiras: Celta.
- Casaca, S. (2010). As desigualdade de género em tempos de crise: um contributo para a reflexão sobre as implicações da vulnerabilidade laboral. *Sociedade e Trabalho*, 41(Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social - Gabinete de Estratégia e planeamento), 183-205.
- Catarino, C., & Oso, L. (2000). La inmigración femenina em Madrid y Lisboa: hacia una etnización del servicio doméstico y de las empresas de limpieza. *Papers*, 60, 283-207.
- Estanque, E. (2005a). Análise de classes e desigualdades sociais em Portugal: em defesa da perspectiva compreensiva. *Oficinas do Ces*, 221(CES).
- Estanque, E. (2005b). Trabalho, desigualdades sociais e sindicalismo. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 71, Junho, 113-140.
- Estanque, E. (2010). Trabalho e sociedade: reflexões sobre a questão laboral em Portugal. *Revista Vírus - Democracia e Serviços Públicos*, 8 Jan/Fev.
- Estanque, E. (2012). O Estado Social em causa: Instituições, políticas sociais e movimentos sociolaborais no contexto europeu. In F. Silva (Ed.), *Atitudes perante o Estado e as Políticas Sociais*. Lisboa, Portugal: ICS.
- Estanque, E., & Costa, H. (2012). Trabalho, precariedade e movimentos sociolaborais. In S. Casaca (Ed.), *Mudanças Laborais e Relações de Género: novos vetores de (des)igualdade*. Lisboa/Coimbra: Alameda.
- Fairclough, N. (2001). *Discurso e Mudança Social*. Brasília - Brasil: UNB.
- Fernandes, G. (2008). *Viver "Além-Mar": Estrutura e experiência de brasileiras imigrantes na Região Metropolitana de Lisboa* (Dissertação). Universidade de Lisboa - Instituto de Ciências Sociais, Lisboa.
- Ferreira, V. (1998, 1999). Os paradoxos da situação das mulheres em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. CES - Universidade de Coimbra.
- Ferreira, V. (2004). *Relações sociais de sexo e segregação do emprego: uma análise da feminização dos escritórios em Portugal* (Tese). Universidade de Coimbra - Centro de Estudos Sociais, Coimbra - Portugal.
- Ferreira, V. (2010). A evolução das desigualdades entre salários Masculinos e Femininos: Um percurso irregular. In *A igualdade de Mulheres e Homens no trabalho e no emprego em Portugal: Políticas e Circunstâncias*. Lisboa: CITE.
- França, T. (2012a). *Lindas Mulatas com Rendas de Portugal: A inserção das mulheres brasileiras no Mercado de Trabalho Português* (Tese de Doutoramento). Universidade de Coimbra - Centro de Estudos Sociais, Coimbra - Portugal.
- França, T. (2012b). Mulheres que imigram através da academia - reflexões acerca da trajetória de uma mulher brasileira imigrante doutoranda na Europa. *Revista Ártemis*, 14, 111-121.
- Góis, P., Marques, J. C., Padilla, B., & Peixoto, J. (2009). Segunda ou terceira vaga? As características da imigração brasileira recente em Portugal. *Revista Migrações - Número Temático Migrações entre Portugal e América Latina, nº5* (ACIDI), 111-113.
- Hirata, H. (2001). Globalização e divisão sexual do trabalho. *Cadernos Pagu*, 17/18 (02), 139-156.
- Hirata, H. (2009). A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. *Sociologias*, (21), 24-41.
- Hochschild, A. R. (2000). Global Care Chains and Emotional Surplus Value. In *On the Edge: Living with Global Capitalism* (pp. 130-146).

- Hondagneu-Sotelo, P. (2007). *Domestica: Immigrant Workers Cleaning and Caring in the Shadows of Affluence* (2nd ed.). University of California Press.
- Instituto Nacional de Estatística (INE), (2013), Boletim Mensal de Estatística, INE, Lisboa, Portugal
- Kofman, E. (1999). Female “Birds of Passage” a decade later: gender and Immigration in the European Union. *International Migration Review*, 33, Nº2, 269–299.
- Kofman, E. (2004). Gendered Global Migrations. *International Feminist Journal of Politics*, 6:4, 643–665.
- Machado, I. (2007). *Alegria, hierarquias e subordinação: reflexões sobre a imigração brasileira em Portugal*. Lisboa: CEMME - Centro de Estudos de Migrações e Minorias Étnicas - Universidade Novas de Lisboa.
- Malheiros, J. (2007). *A imigração Brasileira em Portugal*. Lisboa: ACIDI.
- Migrant Integration Policy Index (MIPEX-2008), *Report Migrant Integration Policy Index 2006-2007*
- Morokvasic, M. (1984). Birds of Passae are also Women. *International Migration Review*, 18, Nº4, 886–907.
- Nogueira, C. M. (2004). *A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização*. Autores Associados.
- Organização das Nações Unidas (ONU) (2009a) *Relatório de Desenvolvimento humano: Ultrapassar Barreiras: Mobilidade e Desenvolvimento Humanos*,
- Organização Internacional para as Migrações (OIM) (2010), *O Futuro das Migrações: Reforço de Capacidade para a Mudança Organização Internacional para as Migrações*, Genebra, IOM.
- Padilla, B. (2005). Redes sociales de los brasileiros recién llegados a Portugal: solidaridad étnica o empática étnica. *Socius Working Paper*, 2.
- Padilla, B. (2007a). A imigrante brasileira em Portugal: considerando género na análise. In J. Malheiros (Ed.), *A imigração brasileira em Portugal* (pp. 113–135). Lisboa: Jorge Malheiros.
- Padilla, B. (2007b). Acordos bilaterais e legalização: o impacte na integração dos imigrantes brasileiros em Portugal. In J. Malheiros (Ed.), *A imigração brasileira em Portugal* (pp. 113–135). Lisboa: Jorge Malheiros.
- Padilla, B. (2010). *Perfis, famílias e transnacionalismo dos brasileiros em Portugal* (Relatório de Pesquisa não publicado). Lisboa, Portugal: CIES.
- Peixoto, J. (2008). Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigações e tendências recentes. *Revista Migrações - Númerto Temático Imigração e Mercado de Trabalho*, pp. 19–46. Lisboa.
- Peixoto, J., Casaca, S., Figueiredo, A., Gonçalves, M., Floriano, A., Sabino, C., ... Phizacklea, A. (2005). *Mulheres migrantes: percursos laborais e modos de inserção socioeconómica das imigrantes em Portugal*, Lisboa: ISEG.
- Peixoto, J., Sabino, C., & Abreu, A. (2009). Immigration Policies in Portugal: Limits and Compromise in the Quest for Regulation. *European Journal of Migration and Law*, 11(2), 179–197.
- Piscitelli, A. (2008). Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, 11, 263–274.
- Pontes, L. (2004). Mulheres brasileiras na mídia portuguesa. *Cadernos Pagu*, 23, 229–256.
- Resende, V. de M., & Ramalho, V. (2006). *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto.
- Santos, B., & et. al. (2010). Tráfico de mulheres para fins de exploração sexual em Portugal: um retrato empírico. In OTSH (Ed.), *Tráfico Desumano* (pp. 89–115).
- Santos, C. A. (2007). *Imagens de mulheres imigrantes na imprensa portuguesa: análise do ano de 2003*. Acidi.

Sassen, S. (2002). Women's Burden: Counter-Geographies of Globalization and the Feminization of Survival. *Nordic Journal of International Law*, 71(2), 255–274.

Serviço de estrangeiros e fronteiras (SEF) (2010) *Relatório de Imigração Fronteira e Asilo*. Oeiras: SEF

Silva, M. (2011). Ir além das medidas anticrise. In J. Reis & J. Rodrigues (Eds.), *Portugal e a Europa em crise - para acabar com a economia de austeridade* (pp. 128–136). Lisboa, Portugal: Actual.

Van Dijk, T. (2010). *Discurso e Poder*. São Paulo: Contexto.

¹ Doutora em Sociologia Instituição: Centro de Investigação em Ciências Sociais, Universidade do Minho - Endereço: Rua Paula Ney, nº 77- apto. 1200. Fortaleza-Ce. E-mail: thaisfrancas@gmail.com

² Ao anunciar a entrada das mulheres no mundo laboral em um período tão específico, não implica que eu negue que essa presença sempre existiu. Tal identificação pontual trata-se mais de delimitar de onde partirei para minhas considerações. As mulheres sempre estiveram presentes nos trabalhos no campo, encarregaram-se dos afazeres domésticos, eram mão de obra preferida no início da industrialização por ser mais barata e durante a II Grande Guerra assumiram muitos dos postos de trabalho que foram deixados pelos homens em função das demandas do exército (V. Ferreira, 2004). Ao reconhecer essa realidade, procuro evitar reproduzir o discurso patriarcal e sexista que tende a invisibilizar as experiências femininas, ou no máximo ressaltam apenas as exceções, não reconhecendo, portanto, que as mulheres também são sujeitos ativos da história.

³ As teorias da interseccionalidade (Brah, 2006; Piscitelli, 2008) ao pontuarem que a experiência feminina é atravessada por variados marcadores de diferenciação – raça, classe, religião, etnia – oferecem uma chave de leitura enriquecedora para pensar como os diferentes coletivos femininos são atingidos de forma distinta pela precarização laboral. A precariedade não apenas tem sexo, como tem raça, classe social.

⁴ As aspas aqui justificam-se pelo fato de que as mulheres sempre migraram, contudo o sexismo e androcentrismo da invisibilização estatística para as diferenças de sexo, bem como, das políticas migratórias através do não reconhecimento das mulheres que imigravam através de processos de reunificação familiar como sujeitos ativos e dos próprios estudos científicos fizeram como que durante anos os deslocamentos internacionais femininos fossem negligenciados (Kofman, 1999).

⁵ A referência à segunda vaga migratória brasileira diz respeito à forma como se convencionou dividir esse fluxo, no tópico a seguir explico-a mais detalhadamente. A segunda vaga teria seu início em meados dos anos 90 e seria formada principalmente por imigrantes com baixos níveis de qualificação (Casa do Brasil, 2007).

⁶ Os números tratados nesse artigo referem-se às estatísticas oficiais do Governo Português, sabe-se que as estatísticas oficiais apresentam uma série de problemas desde o fato de que referem-se apenas à população regularizada, deixando de lado um número significativo de imigrantes, bem como pela ausência de padronização entre as diferentes fontes. Contudo, para fins desse estudo é ainda a fonte de dados secundário de maior abrangência a qual se pode recorrer.

⁷ Vale chamar a atenção para o fato de que os fluxos migratórios das ex-colônias africanas são os mais antigos em Portugal, de maneira que atualmente muitos deles já possuem nacionalidade portuguesa, fazendo com que seu peso entre as comunidades estrangeiras pareça menor.

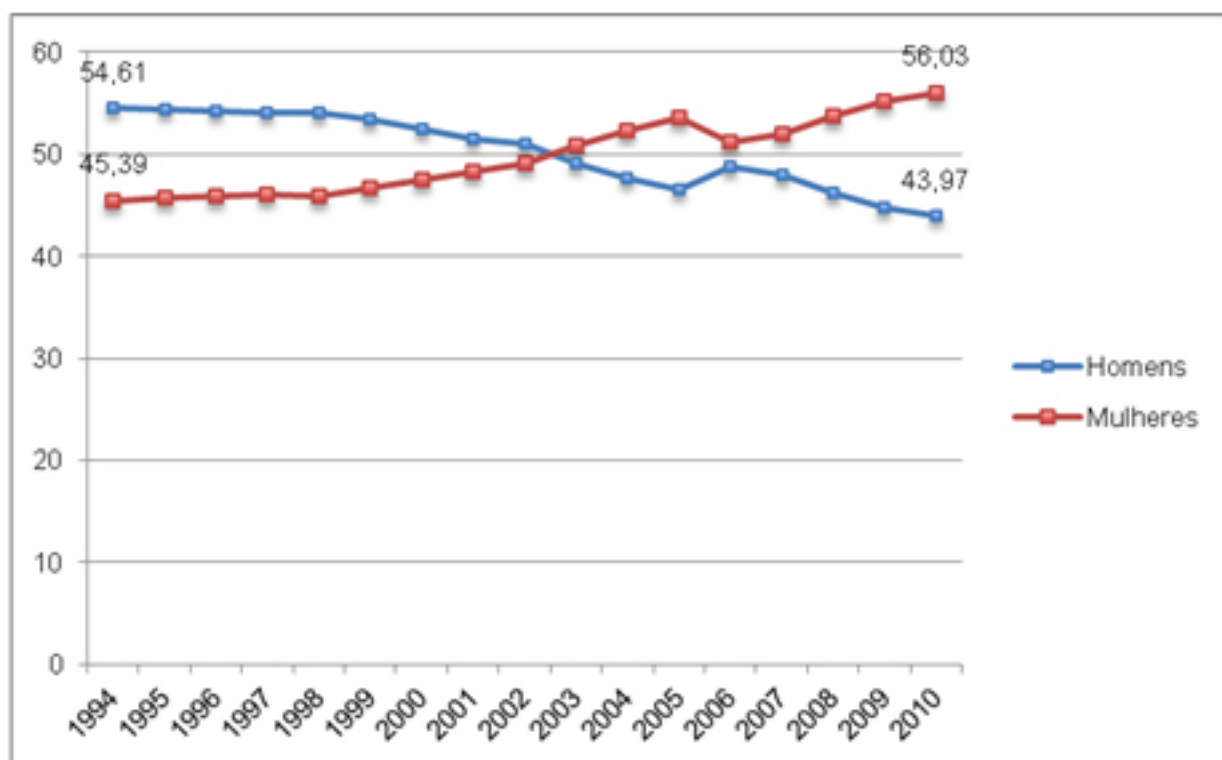
⁸ Números reduzidos quando comparados ao que viria pela frente e com as outras ondas de emigração dos/as brasileiros/as, principalmente para os Estados Unidos. Estima-se que só entre 1985 e 1988 aproximadamente 125.000 imigrantes brasileiros/as chegaram aos Estados Unidos (Martes, 1999).

⁹ Residência corresponde ao documento oficial "Autorização de Residência" que atesta a regularização do estatus migratório.

¹⁰ As empregadas domésticas internas em Portugal são aquelas que vivem na casa dos/as empregadores/as e que por isso possuem um salário reduzido, uma vez que o aluguel e as contas de casa figuram como uma parte do pagamento. Possuem apenas um dia de folga e em geral, apesar do contrato estabelecer oito horas de trabalho, elas estão todo dia e noite disponíveis às/aos empregadores/as.

Gráfico 1

Evolução da população brasileira por sexo em Portugal (%)



Fontes: Fontes: Padilla (2010); SEF (2011)